

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**CALEIDOSCÓPIO: NOVOS OLHARES PARA A
EDUCAÇÃO INFANTIL**

ARTIGO MONOGRÁFICO

VANESSA MEDIANEIRA DA SILVA FLÔRES

Santa Maria, RS, Brasil
2013.

CALEIDOSCÓPIO: NOVOS OLHARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Vanessa Medianeira da Silva Flôres

Artigo Monográfico apresentado ao Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Especialista em Docência na Educação Infantil**

Orientador: Prof. Dra. Noeli Valentina Weschenfelder

Santa Maria, RS, Brasil
2013

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o Artigo Monográfico de Especialização

**CALEIDOSCÓPIO: NOVOS OLHARES PARA A EDUCAÇÃO
INFANTIL**

elaborada por
Vanessa Medianeira da Silva Flôres

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Docência na Educação Infantil

COMISSÃO EXAMINADORA:

Noeli Weschenfelder, Dra. (UNIJUI)
(Presidente/Orientadora)

Viviane Ache Cacian, Dra. (UFSM)

Roseane Martins Coelho, Dra. (UFSM)

Santa Maria, 13 de setembro de 2013

RESUMO

Artigo Monográfico
Especialização em Docência na Educação Infantil
Universidade Federal de Santa Maria

AUTORA: VANESSA MEDIANEIRA DA SILVA FLÔRES
ORIENTADORA: NOELI VALENTINA WESCHENFELDER
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 13 de setembro de 2013.

Este trabalho versa sobre a concepção de educação infantil de uma instituição de ensino pública estatal que atende crianças de 0 a 4 anos, localizada na zona oeste do município de Santa Maria - RS, identificando como o papel desempenhado pela gestão escolar articula essas concepções. O aporte teórico deste trabalho está baseado em Áries (1986), Bujes (2001) e Kuhlmann Jr. (1998) sobre a história da infância, bem como nos estudos realizados por Vygotsky sobre o desenvolvimento infantil, Abramovicz (2010) que aborda a sociologia da infância e ainda nas produções de Lück (2006) e Ferreira (2001) acerca da gestão escolar. O estudo caracteriza-se como relato de experiência. Os resultados alcançados com esta trabalho evidenciam que a partir da ressignificação do papel da gestão escolar a instituição esta transformando a realidade com opções claras e condizentes com o fazer na educação infantil, tendo a criança como centro do processo educativo.

Palavras-Chaves: Concepção – Infância – Gestão

1. Reflexos Multicoloridos na Trajetória Profissional

O olho vê
A lembrança revê
E a imaginação transvê
É preciso transver o mundo.
(Manoel de Barros)

Na minha infância, eu e minhas irmãs, transvemos o mundo, imaginamos, criamos e recriamos no brincar tudo se transformava, num passe de mágica estávamos em marte, na lua, no fundo do mar, em planetas que só existem em nossa imaginação, nos transformamos em diversos seres, os objetos também se transformavam em coisas que só quem transvê o mundo pode compreender.

Tivemos uma infância singular em uma pequena chácara do interior de Santa Maria – RS brincávamos com intensidade, tudo servia de motivação para mais uma brincadeira, esta sempre incentivada pelos nossos pais que embarcavam em novas aventuras pelo meio do milharal, das lavouras... Não há como descrever a sensação de tomar banho de chuva e fazer “guerra” de barro com a família. Tivemos uma infância incrível, podíamos experimentar criar e recriar, essa é a marca mais profunda de minha vida, a minha infância.

Por isso, que decidi ser professora de educação infantil, pois acredito que é na educação infantil que a criança deve encontrar eco para o mundo que transvê, que cria e recria a todo tempo, como um caleidoscópio que a cada movimento faz novas combinações e dimensiona efeitos visuais surpreendentes, a criança olha para além.

Gosto de pensar na imagem do caleidoscópio para fazer uma analogia com a educação escolar poderia definir o caleidoscópio apenas pelo que ele é fisicamente, um aparelho óptico formado por um pequeno tubo de cartão ou de metal, com pequenos fragmentos de vidro colorido, que, através do reflexo da luz exterior em pequenos espelhos inclinados, apresentam efeitos visuais diferentes. Muitas vezes a escola faz isso com as crianças, o mundo que ela transvê é traduzido de modo

reducionista, descrito de forma linear, a criança é vista como um ser passivo, o adulto impõe suas ideias, sua vontade sobre as crianças.

Mas podemos pensar o caleidoscópio por outro viés, a partir de seu nome e do modo como nos toca. Caleidoscópio deriva das palavras gregas *καλός* (*kalos*), "belo, bonito", *εἶδος* (*eidos*), "imagem, figura", e *σκοπέω* (*scopeo*), "olhar (para), observar". Lembro-me como se fosse hoje o prazer que senti quando olhei pela primeira vez um caleidoscópio, estava na primeira série e o encantamento daquele momento me marcou profundamente. Pude viajar pelas cores e formas que pareciam dançar em um ritmo único que ultrapassava aquele espaço-tempo. A educação infantil que concebe a criança como sujeito supera a visão que a restringe a mero reprodutor e a compreende como capaz de construir conhecimento, esta escola escuta atentamente a voz das crianças e não as silencia.

Há uma diferença significativa entre estes dois modos de olhar para o mesmo ser, que suscitam posturas e fazeres distintos, é preciso aguçar e libertar o olhar dos professores e das famílias, alargar a sua visão, estes precisam aprender com as crianças a transver o mundo.

Entrei na escola aos sete anos, na primeira série em uma pequena escola rural com classe multisseriada, estava ansiosa para adentrar naquele novo mundo, cheio de descobertas, incentivada pela minha família que estava sempre presentes na escola e que a valorizavam, pois sabiam que muito eu iria crescer cognitivamente e socialmente, mesmo estes com pouco estudo. Eles nos motivaram, eu e minhas irmãs, sempre a buscar mais, a como diz Freire (1996) ser mais, a presença de minha família na minha caminhada formativa, a concepção destes sobre a escola foi sem dúvida determinante para me transformar no que sou hoje, professora de educação infantil.

Aliás, a relação das famílias com a escola naquela pequena comunidade era diferente, eles sentiam-se parte da escola e a proximidade com esta fazia emergir uma concepção de educação singular, onde todos eram responsáveis, cada um tendo consciência de seu papel. Muito antes de a legislação atual implementar o Conselho Escolar nas instituições, na minha escola primária as famílias participavam efetivamente da gestão da escola, eram eleitos e representavam, junto com a professora responsável, a escola. As famílias envolviam-se na organização dos

eventos, na discussão e busca de melhorias para a escola e as crianças, lembro-me de meus pais e de meus colegas engajados para conquistar a ampliação da escola e a colocação de brinquedos no pátio. Com muito trabalho e empenho das famílias aliadas a professora responsável à escola foi ampliada, além disso, as famílias reuniam-se com frequência para discutir aspectos importantes sobre as crianças, a sua aprendizagem e etc.

Diferente do que vivencio hoje como professora de uma escola de educação infantil, onde as famílias estão apenas preocupadas em deixar seus filhos e que estes sejam cuidados durante o período que ali se encontram estes não demonstram interesse pelo que as crianças vivenciam naquele espaço-tempo escolar. Penso também que as práticas institucionais na educação infantil em muitos contextos corroboraram para esta visão, engessando as crianças e distanciando as famílias, através da naturalização de atividades mecânicas e sem sentido.

Por isso, repensar a educação infantil significa ter outra de concepção criança e de educação. Assumir que a intencionalidade do fazer pedagógico com crianças deve estar ancorada em bases teóricas sólidas e na relação com as famílias, deste modo rompendo com o senso comum que ao longo da história viu a educação infantil como assistencial.

2. Imagem Inquietante

A cada movimento feito no caleidoscópio surge uma nova imagem, este trabalho emergiu dos questionamentos surgidos ao longo da minha trajetória formativa, referentes à imagem da educação infantil e pelas reflexões e inquietações desenvolvidas ao longo do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil.

Este trabalho justifica-se por ser um estudo no âmbito das práticas escolares na educação infantil este campo, apesar dos avanços teóricos das últimas décadas, necessita de investigações, devido a sua complexidade. Neste sentido, buscaremos analisar as concepções de educação infantil no contexto de uma escola pública estatal de Santa Maria – RS e o papel da gestão escolar.

Sabemos que a educação infantil, ainda é cercada por concepções e práticas que muitas vezes acabam por reproduzir o assistencialismo, resquícios da história da educação e da infância.

Por isso, torna-se fundamental refletir sobre as escolas de educação infantil como forma de ampliar o conhecimento sobre esta e romper com o senso comum, não é possível admitir que as crianças sejam submetidas a práticas alienadas que estão na contramão das exigências e possibilidades infantis.

Nesse sentido, estudos desta natureza que se caracterizam como relato de experiência são importantes para a inferência de como estão ocorrendo às práticas cotidianas com crianças pequenas.

3. Mas Afinal, de Qual Imagem Estamos Falando?

A escolha desta imagem, desta instituição para a realização da pesquisa esta atrelada a minha vivencia profissional, pois há cerca de quatro anos, a partir de minha inserção na Rede Municipal de Ensino (RME), atuo nesta instituição e venho constantemente refletindo sobre a mesma, muitas vezes de modo solitário, já que até este ano, os encontros com os demais professores e com as famílias eram raros. Considero importante remeter a história e contextualizar a instituição pesquisada, pois acredito que estes elementos nos indicam o caminho que esta percorreu e porque necessita ser repensada urgentemente hoje.

A Escola Municipal de Educação Infantil pesquisada está localizada no Núcleo Habitacional Santa Marta no município de Santa Maria-RS.

Esta foi construída pela Secretaria de Município de Obras e Serviços Urbanos com recursos próprios dentro do projeto “Construção de Creches”, executado pelo poder Executivo Municipal tendo recebido a colaboração de mão de obra do 4º Grupamento de Incêndio, da Brigada Militar, para dar atendimento a cinquenta crianças.

Conforme o Projeto Político Pedagógico (2009) a fundação surgiu com o objetivo de atender exclusivamente crianças de pais de baixa renda, visto que, através de um recenseamento realizado na comunidade foi constatado um grande índice de mães que precisavam trabalhar para ajudar no sustento da casa.

Considero este um ponto importante, a escola surge a partir da demanda dos pais e não das crianças, a escola não foi pensada para as crianças da comunidade e isso está explícito na estrutura física da mesma que restringe a mobilidade das crianças no seu interior.

A construção iniciou em 1987 ficando totalmente concluída em 1988. Em março de 1988, começou o atendimento às crianças. Porém, sua criação oficial só ocorreu em 28 de maio de 1988, destinada ao atendimento de crianças de zero a seis anos de idade, pertencendo a Secretaria de Bem Estar Social.

A partir de 2000 a creche passa a integrar através da Res. nº 2, de 30 de junho de 1999, a Secretaria de Município da Educação, destinada ao atendimento e desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade. Com esta passagem esperava-se uma transformação de concepções de educação infantil que trouxesse novos modos de ser destas instituições, novas imagens, mas percebemos que em algumas instituições esta foi apenas uma mudança burocrática e não efetiva.

Cabe ressaltar a precariedade do espaço físico da instituição pesquisada que é composto de um prédio com seis salas, sendo uma muito pequena, a escola como citado acima, foi sendo construída no intuito de atender as demandas das famílias, deste modo o prédio não foi construído com uma proposta de atender as especificidades das crianças. Um exemplo disso são os banheiros compostos por louças em tamanho adulto que dificultam o uso para as crianças e limitam a autonomia das mesmas. Outro fator relevante é a dimensão do corredor que por ser estreito causa problemas diversos, principalmente nos horários de entrada e saída e durante o deslocamento das turmas ao refeitório. Aliás, o refeitório ao longo de anos foi utilizado como sala de aula para turmas de pré-escola que no horário do almoço precisavam sair para o pátio para que as outras crianças pudessem almoçar.

Oliveira (2011, p. 199) diz que “o planejamento espacial da creche ou pré-escola imerge as crianças em um mundo de estímulos visuais e cinéticos, em que as características são por elas interpretadas como desencadeadores de determinados enredos de ação”. Pensando no espaço escolar, sua organização exerce forte influência sobre os modos de sentir, pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos de interação que nele ocorrem.

Em geral, os ambientes construídos e planejados para o funcionamento de escolas infantis são tidos apenas como cenários para o desenvolvimento das

atividades de ensino e aprendizagem, atendendo a lógica e a perspectiva adultocêntrica, desconsiderando a criança como sujeito do processo, suas necessidades e peculiaridades.

De acordo com os Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil (2009, p. 50) “os ambientes físicos da instituição de educação infantil devem refletir uma concepção de educação e cuidado respeitosa das necessidades de desenvolvimento das crianças, todos os seus aspectos: físicos, afetivos, cognitivos e criativos”. Se observarmos as instalações da instituição pesquisada, vamos perceber que seus espaços caracterizam-se dentro da lógica do controle, centralizados no adulto e não na criança.

Há também que relatar, outros fatores que corroboram para a visão assistencial que perdurou na instituição, como a falta de preocupação em relação aos materiais pedagógicos básicos necessários nas salas de aula. Até o início deste ano, as salas de aula não possuíam espelhos e tapetes, nem ao menos jogos e brinquedos adequados à faixa etária das crianças.

Como relatado, a instituição passou a integrar a Secretaria de Município da Educação no início de 2000, já que anteriormente a instituição pertencia à extinta Secretaria de Bem Estar Social, no entanto essa mudança não se refletiu em mudanças significativas de concepções de educação infantil.

A partir destas mudanças legais, muitas expectativas foram criadas em relação avanço na educação da infantil, a Lei Municipal 4740, de 24 de dezembro de 2003, que instituiu a Gestão Escolar Democrática foi promulgada no município, esta traz avanços importantes em relação à gestão escolar e indica novos caminhos para a educação municipal, um destes pressupostos é a eleição de diretores e a implantação dos Conselhos Escolares como órgãos colegiados das instituições, estes tem a incumbência de discutir a educação e transformá-la visando à qualidade neste nível educativo. Porém, na instituição pesquisada as práticas continuaram a serem as mesmas e o Conselho Escolar se constituiu apenas como órgão burocrático.

Ao longo de todo este período, mesmo na transição da Secretaria de Bem Estar Social para Secretaria de Município da Educação e com a nova legislação na instituição pesquisada a Direção foi exercida desde 1997 até 2012 pela mesma professora. Um fator relevante que corroborou para que não ocorresse alternância no cargo de Diretor se deu porque no município de Santa Maria-RS apenas em

2007, por determinação do Ministério Público (MP) foi exigido que professores com formação passassem a atuar nas Escolas Municipais de Educação Infantil, nos dois turnos das instituições, em caso de turmas integrais, antes disso, as crianças eram atendidas por estagiárias em um dos turnos e professores em outro, sendo a maioria das estagiárias estudantes do ensino médio sem formação específica para a área. Desta forma, a diretora possuía um poder supremo, pois havia na escola poucos pedagogos.

Isso trouxe reflexos para a instituição que foi pensada e gestada com concepções marcadamente assistencialistas em relação à educação infantil ao longo de anos.

Meu ingresso na escola ocorre em 2009, juntamente com mais cinco professoras, a partir disso muitos questionamentos surgem, em relação a esta instituição, pois algumas posturas naturalizadas na instituição nos causaram estranhamento, como a falta de reuniões pedagógicas e com as famílias, a postura assistencialista cristalizada na instituição que criou um abismo entre esta e as famílias, o autoritarismo da equipe diretiva que a todo tempo nos impunha suas ideias, a ausência de diálogo.

Iniciamos assim uma empreitada em prol de mudanças na escola, mas estas eram constantemente negadas e até mesmo impedidas de serem realizadas, neste momento percebemos a força de uma gestão autoritária e centralizadora. No entanto, insistimos na busca por transformar a escola.

No ano passado, ocorreu eleição para direção da escola, na qual fui eleita para o triênio 2013/2015. Esse foi o primeiro sinal de que a comunidade escolar estava buscando a construção de um modo diferente de educação infantil, pois a proposta de gestão antecipava essa mudança de concepção de educação infantil.

Com o propósito de construir outro cenário para a instituição com novos protagonistas iniciamos este ano.

Atualmente a escola possui cerca de cento e trinta crianças de berçário, maternal e pré-escola em turno integral para creche e parcial para pré-escola. Conta com treze professores, duas funcionárias e dezesseis estagiárias, destas onze estão cursando o ensino superior. Com este estudo pretendemos relatar a experiência de gestão escolar que está sendo desenvolvida na instituição, que visa, principalmente romper com o assistencialismo.

4. Em Busca de Outras Imagens

Partindo destas constatações e com o propósito de tranver a educação infantil traçamos um caminho.

O primeiro ponto foi construir Plano de Gestão da instituição referente ao triênio 2013/2015, este surge a partir do diagnóstico da realidade escolar, onde foi verificada a urgência de (re) pensar a gestão escolar em prol de transformar a concepção de educação infantil presente na escola, rompendo com as práticas de cunho assistencialista.

Deste modo, objetiva-se neste triênio construir com a comunidade escolar propostas e projetos que valorizem esta etapa educacional, através do fortalecimento da relação entre a escola e as famílias e da mudança de concepção de educação infantil.

Nossas metas buscam qualificar a educação infantil com ações concretas para desenvolver práticas pedagógicas e de gestão escolar que demonstrem a mudança de concepção de educação infantil.

Neste sentido, esta gestão escolar está pautada por uma postura democrática, que valoriza o diálogo e a participação.

O trabalho da gestão escolar está sendo desenvolvido a partir dos seguintes eixos de ação:

- **Melhoria na infraestrutura da escola;**
- **Fortalecimento do Conselho Escolar;**
- **Formação Continuada em Serviço;**
- **Relação com as famílias, comunidade escolar e local;**
- **Mudança de concepção e práticas de educação infantil.**

A partir desses eixos buscamos construir junto com a comunidade escolar ações concretas que contemplem os eixos, citados e promovam a mudança esperada para o triênio.

Algumas ações são pontuais e estão sendo desenvolvidas em curto prazo, outras necessitam de maiores desdobramentos e permearão todo o triênio. Vale

ressaltar, que esta gestão escolar visa essencialmente ser um espaço democrático que envolve as pessoas e promove a ampliação da tomada de decisões.

5. É Preciso Transver na Educação Infantil

Por tudo que dissemos até o momento, pela história da instituição pesquisa torna-se fundamental refletir sobre a educação infantil a através de sua história e das bases teóricas que orientam as práticas das instituições, pois como nos diz o poeta é preciso transver o mundo.

A educação está permeada por desafios que demonstram a sua complexidade e importância para a sociedade. Ressaltamos a relevância da Educação Infantil por ser o período em que os indivíduos se desenvolvem nas dimensões: cognitivas, afetivas, corporais e sociais. Esse é um período profícuo para a construção de conhecimentos.

Existem enormes potencialidades que los niños y niñas poseen desde el nacimiento. Pero es necesario ofertar um medio, um tipo de educación coherente, que permita que todas essas capacidades encuentren uma forma de desarrollo y de expresión. (HOYUELOS, 2010, p.16)

Cabe então, refletirmos sobre as concepções de Educação Infantil no contexto escolar público estatal de Santa Maria – RS e o papel da gestão escolar.

Torna-se indispensável, compreender este processo através da perspectiva histórica a fim de apreender os aspectos relevantes para prática na educação infantil. Neste sentido, os sujeitos se constituem a partir das diferentes formas de intervenção educativa a que se submetem, os estudos realizados por Ariès (1986) demonstram estas várias concepções de criança construídas ao longo da história. Desde a criança considerada como um adulto em miniatura, na Idade Média, tendo a sua infância negada, passando posteriormente, pelo reconhecimento, nos séculos XVI e XVII, de que a criança não está madura para a vida.

Desta forma, a família e a escola “sequestram” a criança da sociedade dos adultos e a legalizam com uma dupla identidade: a da criança-filho e a da criança-aluno (a). A situação tem um lado positivo: cuidados, proteções, atenções, segurança, um ambiente superprotegido pelo qual a criança pagará, no entanto, um

alto preço: o da privatização e da institucionalização de seu mundo e valores, negando-se a infância à possibilidade de situar-se autonomamente diante da realidade.

Mais tarde, as exigências educativas da sociedade industrial que necessitava de mão de obra para o trabalho nas indústrias foi uma das razões para o investimento em campanhas sanitárias a fim de diminuir a mortalidade infantil. De acordo com Bujes (2001) o surgimento de instituições de educação infantil esteve relacionado com o surgimento da escola e do pensamento pedagógico moderno, entre os séculos XVI e XVII, a escola organizou-se em virtude de um conjunto de possibilidades como: a descoberta de novas terras que modificou a sociedade europeia, o desenvolvimento científico, o surgimento de novos mercados, a invenção da imprensa que permitiu o acesso à leitura que a delinearão e também, devido ao advento da sociedade industrial, século XVII e XVIII, que trouxe consigo uma nova concepção de educação e de criança está última passou a participar como protagonista deste novo cenário.

O atendimento às crianças pequenas em instituições especializadas tem origem, portanto, com as mudanças sociais e econômicas causadas pelas revoluções industriais no mundo todo. As mulheres deixaram seus lares por um período, onde eram cumpridoras de seus afazeres domésticos para entrarem no mercado de trabalho. Arelado a este fato, sob pressão dos trabalhadores urbanos, que viam nas creches um direito, seu e de seus filhos, por melhores condições de vida, deu-se início ao atendimento na educação infantil no Brasil. As primeiras instituições de educação infantil no Brasil datam de 1899, a partir da fundação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro e da inauguração da creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (RJ) que se constituiu como marco, pois é a primeira creche brasileira para filhos de operários que se tem registro.

As creches assim denominadas eram consideradas como *asilos para a primeira infância*, estas foram criadas para atender às crianças filhos de mães trabalhadoras, onde predominava o caráter assistencialista, priorizando o atendimento das crianças social e economicamente desfavorecidas.

Os estudos de Kuhlmann Jr. (1998) apontam para a preocupação existente neste período, especialmente, das instituições privadas em diferenciar seu trabalho através de seu caráter pedagógico, utilizado como estratégia de propaganda para

atrair as famílias abastadas, os jardins de infância para dos ricos das creches destinadas para os pobres. Ele afirma, ainda, que esta concepção refere-se a um tratamento empobrecido as crianças pobres, que vai desde espaços restritos, adultos em número insuficiente, atividades, quase que exclusivamente, voltadas aos cuidados físicos: higiene, alimentação, segurança física e ao regramento moral de caráter atitudinal.

Até 1920, as instituições tinham um caráter exclusivamente filantrópico, a partir desta data, se iniciou uma nova configuração, passava-se à defesa da democratização do ensino, educação significava possibilidade de ascensão social e era defendida como direito de todas as crianças, consideradas como iguais.

Nas décadas seguintes, diversos órgãos foram criados, porém estes ainda voltados à assistência infantil, a preocupação passou a ser com educação física e higiene, tendo como principal objetivo o combate à mortalidade infantil. Nesta época, teve início à abertura de creches, jardins de infância e pré-escolas de maneira desordenada e sempre numa perspectiva assistencialista e emergencial.

No que se tange à legislação brasileira, muitas foram às conquistas da Educação Infantil, nas últimas décadas, considerando a criança como sujeito de direitos. A Constituição Federal de 1988 reconheceu a educação infantil, anteriormente tida como assistencial, como direito do cidadão e dever do Estado e incluiu a creche no capítulo da Educação, ressaltando seu caráter educativo, e não mais estritamente assistencial.

Esses direitos foram regulamentados pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Lei Federal, 8.969 de 13 de julho de 1990, explicitando melhor cada um dos direitos da criança e do adolescente bem como os princípios que devem nortear as políticas de atendimento. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regulamenta a Educação Infantil, definindo-a como primeira etapa da Educação Básica (art. 21/I) e que, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (art. 29). Mas os avanços na legislação não foram acompanhados de uma política de financiamento para a Educação Infantil que permitisse uma expansão do atendimento por instituições públicas bem como sua qualificação.

Através da história, compreende-se que as instituições de Educação Infantil surgiram a partir da sociedade industrial com um caráter de assistência a

saúde/preservação da vida, não se relacionando com o fator educacional. Esse é um fator importante, pois concentra as discussões entre o Educar e o Cuidar. Ainda hoje, não raramente, as pessoas se referem às instituições de Educação Infantil como sendo exclusivamente um local para cuidar das crianças enquanto as famílias trabalham. Esta visão reafirma o estereótipo de que a dimensão educacional inexistente nestas. No entanto, o educar e o cuidar são aspectos indissociáveis e estão presentes no cotidiano das ações na Educação Infantil.

A especificidade do fazer pedagógico na Educação Infantil revela o quanto importante são estas duas dimensões, porém muitas instituições priorizam a dimensão do cuidar em detrimento ao trabalho educativo, desta forma confundem o papel da instituição com o da família e esquecem que há uma relação de complementaridade entre elas. O perigo da dicotomia entre o Educar e o Cuidar está em suprimir uma destas dimensões em relação à outra, pois de um lado encontram-se as instituições que priorizam apenas o cuidar enfocando ações referentes aos aspectos físicos das crianças, especialmente cuidados com a higiene e alimentação. De outro, com o propósito implícito de valorizar o caráter educacional, estão as instituições que em última instância promovem a escolarização precoce das crianças desde muito cedo, partindo do modelo da escola fundamental.

Conforme Bujes (2001), enquanto se mantiver a confusão de papéis que vê na família ou na escola de ensino fundamental os modelos a serem seguidos pela educação infantil, quem perde é a criança. A forma como se concebe a Educação Infantil tem conseqüências marcantes nas práticas dos profissionais e na vida das crianças, o educar e o cuidar faz parte do processo educacional nesta etapa de desenvolvimento e ocorrem simultaneamente.

A educação infantil se constitui em um espaço de descoberta do mundo para as crianças, a responsabilidade com que é desenvolvida tem fundamental importância.

Neste sentido, Oliveira (2011) destaca que cada sujeito alimenta expectativas diversas acerca da Educação Infantil e estabelecem metas antagônicas em relação ao que ela deve alcançar condicionada pela classe social da população atendida. As instituições precisam aparar as arestas existentes com a família em prol de uma educação de qualidade, a LDB, Lei nº 9394/96 estabelece no artigo 12, inciso VI, que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a

escola. Neste sentido, é importante romper com as práticas escolares, que comumente chamam as famílias à escola apenas para resolver conflitos referentes a situações cotidianas envolvendo as crianças, é preciso superar essa visão restrita e verdadeiramente interagir com os familiares, convidando-os a refletir sobre as especificidades da Educação Infantil.

São dois os principais objetivos da interação escola famílias. De um lado, ela visa propiciar o conhecimento dos pais ou responsáveis sobre a proposta pedagógica que esta sendo desenvolvida, para que possam discuti-la com a equipe. De outro lado, essa interação favorece e complementa o trabalho realizado na escola com as crianças, na medida em que se conheçam seus contextos de vida, os costumes e valores culturais de suas famílias, e as diferenças ou semelhanças existentes entre elas e em relação à proposta. (KRAMER, 2006, p.100)

Conforme a autora fica explicita a necessidade de aproximar a escola e a família e que esta relação vem a somar na busca de uma educação infantil, onde a criança entra em cena como protagonista, sendo autora de suas aprendizagens. A parceria entre a escola e a família esta para além de uma mera exigência legal, é preciso efetivamente concretizar essa relação, através de estratégias singulares que valorizam a comunidade escolar e possibilite um novo olhar para esta etapa educacional.

Cotidianamente na escola o que vivenciamos é o contrário do que traz a autora, o distanciamento entre a escola e da família é uma realidade. Há um descompasso entre estas duas instituições que estão em constante queda de braços, nas famílias, ainda hoje, estão incrustados os equívocos históricos sobre a educação infantil que serviram de justificativa para a sua criação no século passado.

As reflexões sobre a educação infantil estão embasadas em diversas áreas do conhecimento que as alicerçam teoricamente, atuando como suporte para a construção de conhecimentos sobre as especificidades da criança e da infância e destas em relação.

Dentre estas áreas do conhecimento pela qual a educação é permeada esta a sociologia da infância que escutou a voz as crianças.

Abramowicz (2010) sinaliza que a partir dos estudos da sociologia da infância, a criança é vista como protagonista da história e dos processos de socialização. Esta é vista como sujeito que é capaz de atribuir significados, sentidos as suas

vivências. A sociologia da infância traz a criança para dentro da educação e se preocupa com seu universo, valoriza o ser criança e a infância.

Todavia, esta concepção de educação infantil está distante da sociedade e da escola que contraria/ignora aos avanços teóricos e a criança torna-se refém de concepções que limitam suas potencialidades. Ainda hoje, a educação infantil serve para os adultos, famílias trabalhadoras que precisam de um local para deixar seus filhos, a sociedade que necessita de mão de obra, e exclui a criança do processo, não considera o seu universo.

Larrosa (2002) enfatiza a importância da experiência e a define como aquilo que **nos** toca, que **nos** passa, que **nos** acontece essas reflexões nos levam a questionar sobre a experiência na educação infantil. Quais as experiências das crianças? Elas têm espaço na escola? A escola é um espaço de experiência, no sentido que nos coloca Larrosa?

Muitos questionamentos são suscitados a partir das contribuições do autor, é possível pensar a prática docente na educação infantil desvinculada das concepções que as embasam? O que a sociedade pensa sobre essa a educação infantil? Porque levar os filhos para a escola desde muito pequenos? E a criança, o que pensa sobre a escola? As políticas públicas favorecem um novo modo de fazer e pensar a educação infantil? Como estão sendo implementadas as políticas públicas nos municípios? Estas são apenas algumas questões das inúmeras que podemos fazer e que permeiam nossas reflexões neste momento.

A infância e a escola se encontram em descompasso, a escola pensada a partir de uma visão adultocêntrica nega a possibilidade da criança vivenciar o seu tempo, em prol de uma educação para o futuro. Mas qual é o futuro? A escola ceifa das crianças o presente, desta forma subestima suas capacidades e uniformiza seu mundo. A infância precisa ser encarada de outro modo, (re) significada, é preciso aprender com as crianças, através das relações com seus pares, na interação com os objetos e os outros, estas explicitam a sua maneira de ver o mundo.

É preciso analisar também predomínio secular da visão da Psicologia na educação infantil, que marcaram a atuação de inúmeras instituições os estudos da Psicologia sobre o desenvolvimento infantil foram amplamente difundidos nos cursos de formação de professores e serviram de base para a atuação destes profissionais, mas neste trabalho vamos focalizar três correntes de pensamento educacional:

inatista, empirista e sociointeracionista, estas serão abordadas por subsidiarem muitas práticas na educação infantil.

Para os defensores do inatismo, o desenvolvimento infantil está vinculado a fatores inatos, ou seja, fatores preexistentes a vida social e que se manifestam de acordo com a maturação biológica dos indivíduos. Nesta perspectiva, a criança avança em seu desenvolvimento naturalmente. O desenvolvimento faz parte de um processo autônomo e independente das influências sociais. Essas ideias foram originalmente defendidas por Rousseau.

Segundo a posição inatista, o professor não deve fazer muitas interferências, deixando que as atividades evoluam de acordo com os desejos das crianças, bastando deixar os materiais lúdicos em prateleiras acessíveis para que as crianças manipulem e se desenvolvam. Foi a partir dessa concepção que surgiram os Jardins de Infância. Neste sentido, para os inatistas, por exemplo, todas as crianças com quatro anos, apresentam o mesmo nível de maturação biológica e estágio de desenvolvimento, isso ocorreria em todas as idades sucessivamente, desde que mantidas as suas necessidades básicas.

A insuficiência de explicações sobre o desenvolvimento infantil fez com que o inatismo sofresse várias críticas.

Segundo Seber (1995) com uma visão contrária ao inatismo, o empirismo defende que o desenvolvimento infantil ocorre de fora para dentro, ou seja, a criança precisa receber estímulos externos através dos órgãos dos sentidos de modo que os comportamentos das crianças coincidam com as instruções fornecidas. Nesta concepção de desenvolvimento infantil o professor torna-se o centro do processo educacional e o ensino é baseado na transmissão de informações, obedecendo a um caráter linear do mais simples para o mais complexo.

O importante é saber reproduzir de acordo com o que foi transmitido, o papel da criança é o de mero receptor passivo de informações, onde lhe compete registrar os conhecimentos vindos de fora. A ausência de reflexão sobre o que está sendo aprendido é uma das marcas desse modelo de ensino. A criança é entendida como uma tábula rasa na qual devem ser depositadas as informações pertinentes para que aprenda.

Já os defensores do sociointeracionismo apresentam explicações distintas das defendidas tanto pelos inatistas quanto pelos empiristas, contrapondo-se as duas, pois, consideram que o desenvolvimento infantil ocorre através das interações

do indivíduo com o meio, e nesse sentido as crianças constroem o conhecimento através dessas interações. No entanto, convém ressaltar, que as crianças não são uma cópia da realidade que vivem, mas sim fruto de um intenso trabalho de criação, significação e (re) significação. Segundo Vygotsky apud Rego (2003), o desenvolvimento humano é compreendido não como a decorrência de fatores ambientais que agem sobre o organismo controlando o seu comportamento, mas através de trocas recíprocas entre indivíduo e meio, cada aspecto influenciando sobre o outro. Portanto, o biológico e o social não estão separados.

A relação dos indivíduos com o mundo não é direta, mas mediada por sistemas simbólicos. São distinguidos por Vygotsky, dois elementos básicos responsáveis pela mediação: o instrumento, que tem a função de regular as ações sobre os objetos, e o signo que regula as ações sobre o psiquismo das pessoas. Desse modo, os sistemas simbólicos, especialmente a linguagem, funcionam como elementos mediadores que permitem a comunicação entre os indivíduos, o estabelecimento de significados compartilhados por determinado grupo cultural, a percepção e interpretação dos objetos, eventos e situações do mundo. É por essa razão que afirma que os processos de funcionamento mental do homem são fornecidos pela cultura através da mediação simbólica.

Nessa abordagem, o professor deixa de ser visto como agente exclusivo de formação e informação dos alunos, uma vez que as interações estabelecidas entre as crianças também têm um papel fundamental na promoção de avanços no desenvolvimento individual. No entanto, isso não significa dizer que seu papel seja dispensável ou menos importante. Muito pelo contrário, a função que ele desempenha no contexto escolar é de extrema relevância já que é o elemento mediador das interações entre as crianças e destes com os objetos de conhecimento.

Diante do exposto as instituições de educação infantil têm uma responsabilidade para com as crianças pequenas, seu desenvolvimento e sua aprendizagem, o que exige um trabalho intencional e de qualidade.

Cabe então, a todos os sujeitos que interagem no contexto escolar saber onde querem chegar, a resposta deste questionamento esta na concepção de educação infantil da instituição que define a sua intencionalidade.

Para Barbosa (2008) a parceria com as famílias é fundamental para a educação infantil, ela acrescenta que os modos como a escola e os professores

veem as crianças produzem nas famílias outros modos interação com as crianças e a escola.

Esta é uma construção coletiva que precisa ser assumida por todos na instituição, não podemos aceitar passivamente que na atualidade ainda persistam concepções de educação infantil balizadas unicamente pelo assistencialismo.

Resgatar a importância da gestão escolar neste processo se traduz em tarefa essencial, pois a gestão exerce papel fundamental na escola e o modo como é concretizada no cotidiano da instituição pode romper com práticas tradicionais e autoritárias ou reforçá-las o que dificulta muito a promoção da qualidade na educação infantil.

A gestão educacional começou a ter maior notoriedade no Brasil a partir da década de 90, este conceito surge como superador do enfoque limitado da administração, traduzindo-se como mudança conceitual e atitudinal, pois se constitui como alteração de paradigma, já que a gestão educacional democrática pressupõe ação ampla e contínua envolvendo múltiplas dimensões que ultrapassam a visão restrita da administração, que privilegia a execução de planejamentos impostos. Contudo, a educação ainda carrega as marcas do modelo da administração que durante décadas predominou no interior das instituições educacionais.

A relação entre administração e educação origina-se nas mudanças ocorridas no mundo do trabalho que têm se refletido diretamente na escola, devido às relações intrínsecas das instituições de ensino com o contexto social.

Com o advento do capitalismo a organização do trabalho começa a ser estudada, de forma sistematizada, a partir das ideias de Taylor que foram adotadas para a racionalização de trabalho.

Diferentemente do que ocorria, até então, na sociedade rural, onde o trabalho girava em torno do saber e do saber fazer que garantia autoridade na produção de mercadorias aos indivíduos.

A mudança de paradigma no mundo do trabalho no sistema capitalista, que concentra vários trabalhadores no mesmo ambiente, sob as ordens de uma pessoa, que fornece matéria-prima e instrumentos de trabalho, em detrimento de um arranjo social fundamentado no núcleo familiar, onde produção e consumo coincidiam, tem como resultado o aumento da produtividade.

Nas estruturas industrializadas a produção em massa requer a padronização dos produtos e por consequência dos processos produtivos, dos mercados, das

moedas, etc. outro princípio da sociedade industrial é a especialização das operações produtivas, ou seja, subdividir e sequenciar as etapas do processo produtivo visto que realizando uma única tarefa o indivíduo aprimora seu trabalho e conseqüentemente há o aumento na produtividade.

Segundo Ferreira (2001) a educação incorporou os princípios do Taylorismo/Fordismo para atender as demandas da organização do trabalho e se caracterizou por ser uma escola fragmentada que corrobora com a dicotomia entre pensamento e ação, onde o planejamento das ações é feito por um pequeno grupo para que sua realização seja executada pelo grande grupo.

A transição da sociedade industrial para a sociedade pós-industrial trouxe reflexos para a educação. Partindo disso, e impulsionada pelo desenvolvimento tecnológico, os mercados deixaram de ser compartimentos estanques em meio ao vasto mercado mundial de capitais, dominado por algumas praças financeiras. As economias tornaram-se dependentes do capital, sendo traçado um novo mapa econômico mundial.

Os avanços tecnológicos concorreram para alargar as fronteiras e as informações passaram a atingir com imensa rapidez, muitas, em tempo real, à maioria da população.

Essas informações emergentes que circulam livremente modificaram as relações internacionais, as relações interpessoais, bem como a compreensão de mundo dos indivíduos. O domínio dessas informações confere as grandes potências que o detém, o poder cultural e político, principalmente entre as populações que não estão preparadas para interpretar criticamente estas informações.

Neste contexto, a educação tem como papel essencial formar os indivíduos para a compreensão de si, do outro, através do conhecimento do mundo. A educação manifesta o caráter crítico, possibilitando a compreensão verdadeira dos acontecimentos. Por isso, a educação reveste-se de fundamental importância e responsabilidade para com a construção da sociedade a fim de fazer contraponto aos aspectos tecnicistas e econômicos da globalização. Isso evidencia a necessidade de analisarmos o contexto educacional no qual estamos inseridos.

Conforme Lück (2006) a educação na sociedade do conhecimento implica em um posicionamento das pessoas como sujeitos ativos, conscientes e responsáveis pela dinamização dos processos sociais e das instituições de que participam. Todavia, há que se ressaltar que nenhuma ação isolada será por si só,

suficientemente adequada para promover avanços consistentes e duradouros na educação.

Em virtude disso, emerge a importância da gestão escolar para a determinação desse novo destino, compreendida como ação objetiva e concreta, que tem por base a mobilização das pessoas de forma articulada e coletiva, atuando efetivamente na escola com a finalidade da participação e do compromisso coletivo para a transformação da realidade.

Nesta perspectiva, é preciso refletir sobre a gestão nas instituições de educação infantil, isso se faz necessário visando desenvolvimento profissional comprometido com a formação integral dos sujeitos.

A promoção da gestão escolar segundo os princípios da participação e da autonomia, que tem como principais características a construção cotidiana mediante a ação coletiva e a ampliação do processo decisório e comprometendo a comunidade escolar se torna premente constituindo-se como oposição à gestão autoritária que decorre do excesso de burocratização e centralização do poder.

A mudança da administração para a gestão educacional representa uma transição paradigmática e traz novos significados as ações e posturas dos gestores. Porém, a gestão das instituições de educação infantil fica relegada a segundo plano quando se promove discussões sobre a educação infantil. Buscamos evidenciar há relação intrínseca entre essas questões, já que muitos gestores não têm a dimensão da função que ocupam e acabam cristalizando práticas de gestão arcaicas que criam obstáculos ao desenvolvimento da educação infantil que busca trazer à cena a criança e o universo infantil que a compreende como sujeito de direitos, como protagonista.

Na realidade, apesar das conquistas, ainda há um abismo entre a educação infantil que temos e aquela que queremos em termos de melhorias na qualidade do atendimento.

Apesar dos recursos repassados para a Educação Infantil, através da Lei Municipal 4047/03 sua aplicação nem sempre é realizada de forma democrática, como prevê o processo de gestão escolar democrática. A realidade que verificamos em muitas escolas é a escassez de material pedagógico para o desenvolvimento do trabalho com as crianças pequenas, o número insuficiente de jogos e brinquedos para a quantidade de crianças, quando estes existem. O mais grave é saber que muitas vezes os poucos materiais que chegam à escola permanecem muito tempo

longe do alcance dos professores, nos armários da sala da direção e da coordenação, principalmente os livros que são enviados pelo Ministério da Educação (MEC).

Neste sentido, nos reportamos à questão da gestão das instituições que muitas vezes por não compreender as peculiaridades do trabalho com crianças pequenas, aplica equivocadamente os recursos que a escola recebe.

Por isso, buscamos compreender neste trabalho a interlocução das concepções de educação infantil e o papel da gestão escolar.

5. Múltiplas Imagens em Movimento

Diante do exposto, ao assumirmos a direção da escola e refletirmos sobre esta função, elaboramos o plano de gestão junto com a equipe diretiva e os professores este trouxe a tona múltiplas imagens, com o objetivo aproximar as famílias da escola, de fortalecer o Conselho Escolar e de construir na comunidade escolar uma concepção de educação infantil que rompa com o assistencialismo e promova as potencialidades das crianças. Estas imagens estão em movimento, porque transvermos o mundo.

Como já dissemos, a escola pesquisada foi marcada por posturas autoritárias, por uma gestão centralizadora, as decisões não eram compartilhadas com a comunidade escolar, isto criou um abismo entre a escola e as famílias.

Mudar esta realidade tem sido um grande desafio, primeiramente buscamos conversar mais com as famílias, acolhe-las e dialogar sobre os problemas e necessidades da escola.

A partir disso, organizamos um Mutirão que mudou a “cara” da escola, os familiares das crianças foram convidados a colaborar com o que sabiam fazer, cada um (a) fez o que sabia ou conseguia e pouco a pouco, as paredes e portas foram pintadas, a rede elétrica foi avaliada, berços foram transformados em mesas para os computadores, a grama foi cortada e etc.

Esta ação foi muito importante, pois os familiares além de ajudar a escola sentiram-se valorizados em seus ofícios, relataram que sentiram o valor de suas profissões. Após o mutirão quando as demais famílias, que não puderam participar,

chegavam à escola e visualizavam as mudanças nos procuravam para se oferecer para colaborar.

O próximo passo foi o fortalecimento do Conselho Escolar, na instituição este não realizava reuniões e discussões para definir as ações da escola. O plano de aplicação de recursos era elaborado exclusivamente pela diretora, os pais, funcionários e professores apenas o assinavam. O mesmo ocorria com a prestação de contas que segundo os conselheiros, eles apenas assinavam as planilhas e sequer tinham conhecimento dos valores repassados a escola pela Prefeitura Municipal. Buscamos realizar reuniões periódicas com o Conselho Escolar que é representativo de todos os seguimentos da comunidade escolar. Atualmente realizamos reuniões mensais nas quais dialogamos sobre a escola, seu funcionamento, tomamos decisões de forma coletiva.

A escola não era bem vista pela comunidade, para mudar essa realidade procuramos estabelecer parcerias com as demais instituições da região, como a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), que disponibilizou semanalmente horário no ginásio para a realização de atividades físicas que desenvolvem a psicomotricidade das crianças, já que, a escola não possui um espaço físico coberto. Ainda pensando no desenvolvimento motor das crianças atendidas pela instituição, fixamos uma parceria com a Escola de Dança Denise e Elisa Camargo para a realização de aulas semanais de dança.

Outra parceria constituída foi com a Association Internationale des Etudiants en Sciences Economiques et Commerciales (AIESEC) e através dessa a escola recebeu, no primeiro semestre deste ano, uma intercambista da Colômbia que está desenvolvendo projetos que ampliam a visão de mundo das crianças, como Projeto Espanhol para crianças de 3 a 4 anos, Projeto de Culinária Colombiana e Projeto de Música. Além de Projeto de Espanhol para as Professoras.

Outra ação em prol da mudança da concepção de Educação Infantil da comunidade escolar foi à elaboração de um projeto de formação continuada a partir das colocações das professoras durante a primeira reunião pedagógica da escola neste ano. Iniciamos esse projeto com a organização de uma rede temática que norteará as próximas reuniões. Dentro desse projeto estão previstos seminário temáticos e minicursos, pois o grupo de professores compreende que a valorização da educação infantil se dará a partir da qualificação das práticas pedagógicas e para tal é necessários aprofundamento teórico.

Nesse sentido, proporcionamos as professoras o horário de planejamento semanalmente na escola. Para tanto, enquanto as professoras e a supervisão pedagógica refletem e avaliam sua prática propondo novas ações, é desenvolvido com as crianças o Projeto da Hora do Conto, o qual realiza uma integração entre as turmas e incentiva a leitura e o imaginário infantil.

Há também que ressaltar o Projeto Horta Vertical, este surgiu a partir de reflexão em reunião com as famílias e a partir da observação das crianças durante os momentos de alimentação em que percebemos que as mesmas apresentavam resistência a alimentos saudáveis como frutas, verduras e legumes. Diante disso, as famílias foram convidadas a participar da construção da horta, para tanto estas mandaram para a escola garrafas pet para a confecção do canteiro. O plantio e o cultivo das mudas ficaram a cargo das crianças e seus familiares. Diariamente as famílias se dirigem até a horta para regar e cuidar das plantas. A próxima etapa desse projeto será a preparação de receitas com as crianças e as famílias utilizando os alimentos da horta.

Com essas ações percebemos um maior envolvimento das famílias com a escola, a participação efetiva dessas nas ações promovidas pela escola e na proposição de atividades, bem como na construção de projetos e propostas. Esse protagonismo das famílias a partir da abertura da escola à participação tem trazido muitos benefícios para a prática das professoras e o desenvolvimento das crianças, além de a comunidade ter demonstrado uma maior valorização da educação infantil e estar transformando sua concepção de educação infantil, principal objetivo da escola.

Portanto, neste curto espaço de tempo que estamos à frente da escola verificamos que a gestão escolar tem um papel fundamental, pois está através do seu fazer poderá construir uma educação infantil significativa junto com a comunidade a que pertence, tendo como objetivo central as crianças, a qualidade do atendimento perpassa a concepção de educação infantil que os sujeitos possuem e como essas se relacionam no cotidiano da educação infantil. O caleidoscópio cria novas imagens, a cada movimento com muitas possibilidades, mas é preciso saber olhar e ter intencionalidade no movimento, somente deste modo teremos transformações de concepções.

9. Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 9394/96.** Brasília, 1996.

BUJES, M.I.E. **Escola Infantil: Pra que te Quero?** In: CRAIDY, C.M.; KAERCHER, G. E. (Orgs.) **Educação Infantil: Pra que te Quero?** Porto Alegre: Ed. Artmed, p. 13 a 22, 2001.

CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G.E. **Educação Infantil: Pra que te quero?** Porto Alegre: Ed. Artmed, 2001.

EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. **As Cem Linguagens da Criança: a abordagem de Reggio Emilia na Educação da Primeira Infância.** Tradução Dayse Batista. Porto Alegre: Ed. Artmed, 1999.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4^a ed. São Paulo: Atlas, 2002.
KRAMER, S (Coord.). **Com a Pré-Escola nas Mãos.** 14^a ed. São Paulo: Ed. Ática, 2006.

KULHMANN, M. J. **Infância e educação: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação Infantil Fundamentos e Métodos.** 7^a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

REGO, T. C. **Vygotsky uma Perspectiva Histórico-Cultural da Educação.** 15^a ed. Petrópolis, 2003.

HOYUELOS, A. **La Identidad de la Educación Infantil.** In: REVISTA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, v. 35, n. 1, jan./abr. 2010.